



LUZ DEL FUEGO: HISTÓRIA, PODER E POLÍTICA

Carlos Jordan Lapa Alves¹
Ana Carolina da Silva Freitas²
Marco Aurélio Borges da Costa³

Resumo

A imbricação “modernidade e tradição” vêm aguçando o interesse de pesquisadores das diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Não obstante ainda ser um terreno bastante “arenoso” abrange uma diversidade de possibilidades de pesquisa, visto que, existem várias definições e empregabilidades dos termos. Para diversos pesquisadores brasileiros, a modernidade está sempre ligada a algo exterior, algo que acontece em um mundo mais avançado e fomenta a curiosidade pela busca e conhecimento do novo. Este artigo tem por objetivo dissertar sobre os embates entre tradição e modernidade através do estudo de caso da família Vivacqua evidenciando as relações de poder através do gênero. Espera-se demonstrar que durante os anos de 1940 e 1950 o comportamento feminino era questão política dentro da sociedade capixaba. Para compreender os embates entre as duas vertentes, analisaremos o pleito de 1947 que fora disputado por Attilio Vivacqua e Carlos Lindenberg. Acreditamos que no mesmo houve forte interferência de Luz del Fuego que era irmã de Attilio, pois seu comportamento modernista, exibicionista e naturista ofendia a “tradicional” sociedade capixaba.

Palavras-chave: Modernidade. Tradição. Poder.

Relação tradição *versus* modernidade

A presente pesquisa trata da relação dicotoma entre tradição e modernidade nas relações políticas. Para melhor compreensão, far-se-á necessário uma breve introdução.

Originalmente a tradição tem uma conotação religiosa ligada aos dogmas e as doutrinas transmitidas por anos através de exemplos ou por palavras, contudo seu significado se difundiu abrangendo aspectos culturais, artísticos e até mesmo no campo político. Em uma colocação mais substancial, tradição é um produto do passado que a sociedade do presente perpetua. É um conjunto de práticas e valores enraizados nos costumes de uma sociedade. Como afirma Giddens:

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que

¹ Graduado em História pelo centro Universitário São Camilo - ES

² Graduada em História pelo centro Universitário São Camilo - ES

³ Professor do Centro Universitário São Camilo. Doutorando em Ciências Humanas/ Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes (1991, p.44).

Segundo Hobsbawm (2002) uma das características marcantes da tradição é seu aspecto invariável formando um conjunto de praticas fixas, visto que, apresentam um caráter repetitivo criando uma linha tênue entre passado e presente. Mas em contrapartida para os sociólogos Bottomore e Duthwaite (1996) a tradição não é inércia, apresenta mudanças radicais ou de menor proporção, mas não menos importante. Ao analisarmos a história da humanidade podemos constatar que os ventos modernizadores abalaram as estruturas tradicionais e conservadoras.

A modernidade pode ser entendida como uma tentativa de independência e ruptura como o modelo tradicional heterogêneo criado pela sociedade. Justamente essa busca pela autonomia faz com que surjam interesses pelo novo, contrariando assim o tradicional.

A dicotomia tradição/modernidade sempre existiu remodelando as estruturas históricas, enquanto tradição é o que “sempre foi” modernidade “é o que pode ser”. Entretanto “o que pode ser” causa medo aos conservadores, pois o impreciso futuro pode remodelar as estruturas sociais contrariando seus interesses.

Formação dos Valores Morais e Sexuais

A Igreja Católica teve uma profunda e intensa influência na formação do pensamento ético e moral da sociedade europeia e conseqüentemente brasileira. E mesmo hoje, no século XXI, com as transformações ocorridas nas áreas sociais, culturais, tecnológicas, políticas e econômica os resquícios ainda são latentes.

A dominação e poder da Igreja sobre a coletividade teve inicio com a queda do Império Romano. Com o fim de tudo o que conheciam economia, política, cultura, costumes, hierarquia social, mas a igreja encontrou cada vez mais adeptos e a população encontrou na religião uma maneira de manter-se unido naquele momento histórico, o Feudalismo. É durante a Idade Média que muitas concepções de corpo, sexualidade, certo/errado e religião foram formadas e muitas delas permaneceram intactas ao tempo e povoam o imaginário da sociedade Ocidental.

A nova religião, que estava tomando força, era contraria a algo que os romanos já estavam habituados: os prazeres sexuais.

O cristianismo pregava o ato sexual como algo responsável apenas para a procriação e qualquer prazer vindo dele era pecaminoso e imoral como o próprio casamento será uma tentativa de controlar os desejos carnis, para alguns, inevitáveis. O sexo era permitido apenas dentro do casamento, sendo a virgindade e a castidade exaltadas, exigidas e fundamentais. A Igreja acreditava ter a função de reprimir a sexualidade e dar instruções

morais contidas nos livros do Antigo e Novo Testamento, para isso, as interpretando à luz de suas necessidades.

As regras envolvendo o sexo e o corpo não se limitam apenas a sua permissão dentro do casamento, mesmo casados o cristão não poderia sentir prazer com o ato.

[...] a Igreja elaborou e difundiu rígidos ensinamentos anti-sexuais: a crença básica era a de que o prazer sexual é condenável, mesmo dentro do casamento, e havia regras para manter as pessoas longe do pecado: em matéria de posições coitais, só a do homem em posição superior [...] (SANTOS,2002, p.50-51).

O papel da mulher dentro da sociedade poderia ser percebido observando até mesmo as posições sexuais. Além de ser a posição considerada natural, o homem por cima, também respeitava a hierarquia social.

Com o fim do sistema feudal e o Renascimento, a supremacia da Igreja entra em declínio. A fé, o medo do inferno, da morte, a devoção excessiva, o teocentrismo são substituídos pelo individualismo e o antropocentrismo.

A Igreja chegou ao Brasil através dos colonizadores portugueses. Os jesuítas vieram à colônia portuguesa com o objetivo de catequizar os índios e restabelecer os laços entre portugueses e o catolicismo. Devido à distância entre metrópole e colônia, alguns lusitanos perderam a rigidez da religião e se afastaram de seus ensinamentos, um exemplo é o casamento entre brancos e indígenas, considerados pagãos. Ao chegarem em terras brasileiras uma das primeiras atitudes dos padres foi o de vestir os nativos, como afirma Santos “a nudez dos habitantes do Brasil logo chocou os jesuítas, obcecados pela ocultação dos corpos, que tudo fizeram para vesti-los[...].” (SANTOS,2002, p.53)

A necessidade de vestir, de esconder, era mais uma demonstração com as consequências do que o corpo poderia causar. Em seu livro “Histórias Íntimas” Mary Del Priore nos traz o olhar que os jesuítas e portugueses tinha do corpo:

Aos olhos dos colonizadores, a nudez do índio era semelhante à dos animais; afinal, como as bestas, ele não tinha vergonha ou pudor natural. Vesti-lo era afastá-lo do mal e do pecado. O corpo nu era concebido como foco de problemas duramente combatidos pela Igreja nesses tempos: a luxúria, a lascívia, os pecados da carne (DEL PRIORE,2001, p.9).

Como podemos observar o papel da Igreja no Brasil colonial foi muito além do religioso ela é um fator ideológico, político e fundamental na construção social. A concepção do sexo e corpo tanto para negros como para os índios eram bem distintas das ideias europeias, que se escandalizavam diante da naturalidade que ambos, negros e indígenas, encaravam o assunto.

O agir da Igreja com relação à conduta sexual procurava estimular o mais íntimo do indivíduo, através da culpa não apenas perante Deus, mas também da sociedade e dos familiares. Foi dessa forma que a sexualidade tornou-se um problema ético.

A vida quotidiana naquela época era regulada por leis imperativas. Fazer sexo, andar nu ou ter reações eróticas eram práticas que correspondiam a ritos estabelecidos pelo grupo no qual se estava inserido. Regras, portanto, regulavam condutas. Leis eram interiorizadas. E o sentimento de coletividade sobrepuja-se ao de individualidade. (DEL PRIORE, 2001)

Com a independência, a Proclamação da República e os avanços no campo científico a Igreja Católica foi perdendo espaço dentro do imaginário social, mas seus ensinamentos a respeito de sexualidade, corpo e casamento ecoam até os dias de hoje.

Corpo e Sexualidade: o papel da mulher dentro da sociedade

A mudança no comportamento feminino foi algo que causou espanto e temor na sociedade e também incentivou os debates entre conservadores e progressistas. A independência feminina do início do século XX embora tenha sido algo a se comemorar também requereu das mulheres um preço a pagar. Toda ousadia por sair às ruas sozinhas ou pelo trabalho fora do lar exigia que ela mantivesse o “ar” respeitável e que jamais fosse vista a passear com outro homem que não fosse seu marido ou algum familiar, afim de que mantivesse a sua reputação e a do seu esposo, “(...) um brado feminino de inconformismo, tocado pela imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas e se viam [...]” (MALUF e MOTT, p.369,1998)

Se para os tradicionalistas as alterações no comportamento das mulheres causaram constrangimento e receio, havia uma parcela que há muito vinham esperando pelo momento em que a mulher iria quebrar suas restrições sociais, econômicas e políticas. Até então o papel das mulheres, restritamente, ligado ao lar demonstrava a supremacia masculina que reinava na sociedade. A figura feminina despertava o interesse masculino apenas pelos seus encantos. A essas mulheres que viviam ou viam em seu futuro um papel secundário e preconceituoso na sociedade e uma vida monótona surgiam as ideias de liberdade, mesmo que não plena devida sua ligação com o marido, e, sobretudo de igualdade de direitos.

Com o crescimento da urbanização, o êxodo rural e o pluralismo dos habitantes que ali começaram a viver, negros e seus descendentes, imigrantes, elite, houve uma mudança na ordem social e conseqüentemente de valores e costumes. Segundo Maluf e Mott (1998), a urbanização foi dada a responsabilidade pela quebra de costumes e inovações na rotina das mulheres e conseqüentemente as mudanças nas relações entre homens e mulheres e a ordem familiar, tida como o mais importante “suporte do Estado” e única instituição social capaz de represar as intimidadoras vagas da “modernidade”.

Com base nessas transformações e temerosos do rumo que a base familiar poderia tomar, deu-se início a uma série de tentativas de manter a ordem e normalização da estrutura familiar e social através do casamento e do papel que a mulher deveria exercer dentro e fora

do lar. Alguns comportamentos masculinos anteriormente considerados como naturais já não agradam a mulheres e começam a se acusar reciprocamente, um indicio da corrosão que vinha sofrendo os costumes. Os homens amedrontados com a nova mulher oferece margem para que conservadores como Menotti del Picchia (apud MALUF e MOTT, 1998, p.372) a dizer: “Os moços, com razão, andam ariscos [...] Será justo que um moço trabalhador e honrado entregue seu nome nas mãos de uma cabecinha fútil e doidivanas[...]?”

Dessa forma os deveres da mulher no Brasil foram sendo construídos e cristalizados através de um discurso ideológico em que uma mulher e esposa respeitável, era aquele que se recolhia ao lar, que não tentava assumir um papel social que por direito pertencia ao homem. Suas atividades ficaram restritas ao privado, sustentada pelo tripé mãe-esposa-dona de casa.

Baseado na crença de uma natureza feminina, que dotaria a mulher biologicamente para desempenhar as funções da esfera da vida privada, o discurso é bastante conhecido: o lugar da mulher é o lar, e sua função consiste em casar, gerar filhos para a pátria e plasmar o caráter dos cidadãos de amanhã (MALUF e MOTT, 1998, p. 374).

Foi assim, que os papéis de cada um foram sendo desenhados dentro da sociedade. Ao homem caberia o mundo, o trabalho e a mulher o lar. Se o homem era responsável pelo provento da casa, cabia a esposa o trabalho de transforma-la em um lugar feliz, amoroso tranquilo, e harmonioso. Ao primeiro olhar parecia que um complementava o outro, no entanto a mulher estava sempre sendo subordinada e dependente do homem. Dependendo dele a autorização para algumas tarefas, como a de trabalhar fora. A autoridade do marido sobre a sua esposa acontecia naturalmente, de forma que ele assumia também o papel de pai e por isso poderia “corrigi-la” quando acreditava ter necessidade.

A justificativa para a superioridade masculina era construída com o argumento de se manter a ordem familiar, tão ameaçada pelas ideias feministas e modernas. Assim, como dito anteriormente, cabia o homem a manutenção família e a mulher ser esposa e mãe. A divisão do trabalho imposta fez com que houvesse uma desvalorização das atividades exercidas pela mulher.

As desigualdades entre as funções desempenhadas por homens e mulheres, que os identifiquem ou com a rua ou com a casa, não vieram desacompanhadas de uma valorização cultural. Isto é, as atividades masculinas foram mais reconhecidas que as exercidas pelas mulheres, razão pela qual forma dotas de poder e valor (MALUF e MOTT, 1998, p. 380-381).

O que dava poder e supremacia ao marido (homem) era o fato de trabalhar e manter sua família. A quebra dessa hierarquia, tradicional, ou não poder sustenta-la, gerava no homem um sentimento de inferioridade e incompetência. O dever não cumprido, imposto pela sociedade, que considerava desonrosa a complementação da renda familiar pela esposa, fazia com que, segundo Maluf, alguns maridos cometessem o suicídio, devido o não

cumprimento do sua obrigação moral. Os conservadores mais extremistas, chegavam a culpar esses maridos pelos avanços do feminismo. Pois, a sua incapacidade de cumprir seu papel familiar, impeliu as mulheres ao mercado de trabalho. A mulher casada que recebia do seu conjugue todo apoio familiar necessário cabia respeitar “os ditames da moral e do bom costume” com a finalidade de não manchar a honra do seu marido.

O progresso era visto como um sinal de que a tradição estava em perigo e que as famílias deveriam manter-se firmes e socialmente imutáveis não se deixando contaminar pela nova divisão sexual e trabalhista.

Se hoje, no século XXI, a mídia ainda é capaz de controlar, formar e reformular opiniões, nas primeiras décadas do século XX era uma arma na disseminação dos valores considerados base da sociedade. As novidades que traziam a vida moderna, inegavelmente, iriam causar mudanças na estrutura familiar. Mas elas não deveriam corresponder aquilo que acredita ser o correto, honesto e ético.

A modernidade e a mudança comportamental da mulher não ocorreram na velocidade com que costumamos ler ou ouvir. Contrariamente ao que se pensa, a disseminação do “mal” trago pela modernização da sociedade acabou por cristalizar velhas normas.

Mesmo que por muitos anos o conservadorismo familiar tenha lutado no combate a vida moderna, as mudanças não puderam ser evitadas. O novo caminho que que a sociedade, aos poucos, ia trilhando tornou confuso o papel de cada gênero dentro da coletividade. Homens e mulheres não sabiam com exatidão quais seus papeis dentro da nova ordem social e familiar.

Diante de um mundo mais permissível e abrangente a moral sexual e o amor mais uma vez foram utilizados para pôr as coisas nos “trilhos”. Em um mundo onde independência feminina era vista como anormal e antiética, os discursos em favor da família e do casamento se multiplicaram. O casamento era o melhor para o corpo, pois evitava-se a fornicção, e para alma, impedindo o pecado da luxúria, além de ser uma forma de estabilidade social “(...) no lar, no seio da família, que se estabeleciam as relações sexuais desejáveis e legítimas, classificadas como decentes e higiênicas.” (MALUF E MOTT, 1998, p. 386).

Esse julgo foi mais pesado para as camadas mais pobres, que viviam em uniões consideradas ilegítimas e imorais. Para Maluf, o amor foi usado de forma a constitucionalizar o casamento e abolir relações mais flexíveis. Ao trazerem o que deveria ser uma conduta decente os protetores da moral e dos bons costumes tornaram censuráveis quaisquer relação entre homem e mulher que não fosse o casamento.

Diante dos perigosos da modernização urbana cabia a família resguardar e manter a moral. As ameaças da modernidade não significa apenas a independência feminina, mas também a não necessidade do casamento. Foi nesse contexto que o sexo entre os conjugues, apesar de ainda ser como principal objetivo, deixa de ser pensado apenas para procriação. A

esposa, agora, além de ser bondosa, respeitável, amorosa e zelar pelo bem estar de todos em seu lar, também deve satisfazer os desejos e aceitar as fraquezas do marido com paciência e sabedoria.

Luz e Fogo

O Brasil dos anos 1940 era profundamente diferente daquele que havia existido durante a Primeira República. Em 1945 quando Getúlio Vargas deixou o governo, o Brasil havia passado por inúmeras transformações estruturais que ganharam notoriedade a partir de 1930. Essas estavam relacionadas ao desenvolvimento econômico que refletia nas diversas áreas da sociedade brasileira. Entre 1930 e 1940 o Brasil fez a travessia de um país essencialmente rural para mundo urbano, tal evolução fez ocorrer profundas e significativas mudanças na vida dos brasileiros (LIFSCHITZ, 2011, p 67). Entre as mais importantes, do ponto de vista político está a ascensão do populismo como método de poder para os autoritários, lembre-se que este não ficou restrito apenas ao Brasil. O processo de urbanização brasileiro trouxe um desordenado crescimento das cidades o que favoreceu o sincretismo cultural, visto que, dentro das cidade houve levas de imigrantes e migrante. Este processo de “modernização” política e econômica causava ecos nos aspectos sociais e interferências no que a História Cultural denomina de público e privado.

Baseando se na visão da Escola dos Annales, partindo de uma visão do macro para o micro a história brasileira ecoa na história capixaba que sente seus reflexos. Entretanto, no Espírito Santo percebemos uma diferença nas transformações industriais como afirma Zorzal neste estado houve um processo de recolonização:

No entanto, é preciso ressaltar que a natureza da diferenciação social, que se processava no Espírito Santo, era distinta daquela que, simultaneamente, ocorria no centro-sul. Enquanto que nos demais Estados do centro-sul, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul a diferenciação era decorrente da intensificação do processo de industrialização e da concomitante urbanização; sendo que este último se realizava sobretudo via migração de significativas camadas populares do interior e do campo, que se deslocava para as capitais daqueles Estados; no Espírito Santo, a diferenciação decorria da expansão da fronteira agrícola, via processo de recolonização de descendentes dos imigrantes estrangeiros aqui fixados no último quartil do século XIX. (ZORZAL, 1986 p.375).

Refutando a História Oficial o processo de recolonização resultou em uma política com ares e influências do coronelismo. A elite agrária manteve seu poder assegurado pela posse de terra, sua influência na política local e estadual fica clara nas eleições para presidente de estado em 1947. Sobre a interferência coronelística Zorzal é clara:

Na medida em que ele buscava consolidar a hegemonia das forças agrofundiárias na direção do Aparelho Regional de Estado ele utilizaria procedimentos típicos do coronelismo para conseguir seus objetivos; onde a

estratégia de assumir a direção absoluta do referido Aparelho deles. (ZORZAL, 1986, p.377).

A vista disso, a política capixaba continuava mantendo uma relação intrínseca com as antigas doutrinas coronelistas. Podemos considerar que as disputas políticas que irão se desencadear durante a década de 30 e 40 serão considerados jogos políticos entre poderosas famílias tradicionais capixabas que mantêm seu poder sobre a terra, mas também se adequaram ao processo modernizador nacional e se fazem presentes nas relações comerciais dentro das cidades como é caso da família Vivacqua que se apoiara financeiramente em sua empresa de exportação de produtos agrícolas.

Contudo, seja no campo ou na cidade, especialmente em Cachoeiro de Itapemirim as relações políticas se resolviam no âmbito de duas facções políticas pessedistas: jaonistas e Atilistas (Zorzal, 1986, p.329). A divisão política dentro do partido teve como ponto de partida a nomeação de Jones dos Santos Neves, por Vargas, como interventor do estado em substituição a Bley. Atílio Vivacqua que então era diretor da Companhia Territorial de Colatina, responsável pelo povoamento da área do Rio Doce, queria a indicação de Carlito Mendes ou sua própria candidatura, como a negação dos líderes políticos Atílio rompeu com João Punaro Bley e o PSD, fundando o Partido Republicano (PR). Atílio havia sido eleito pelo partido como senador com 60.319 votos.

Entretanto, o cenário político capixaba era composto por outros partidos, mas com a intenção de criar um partido forte com conotação nacional se dividiram para apoiar uma das facções. Tomemos como exemplo a UDN visto que, dentro deste partido metade apoiou Jones e a outra Atílio. Portando conseguimos perceber uma polarização de forças dentro da política local, Atente-se que Cachoeiro de Itapemirim era o centro econômico do Espírito Santo essa disputa toma caráter estadual ganhando relevância nos diversos setores da sociedade.

Na ala do jaonistas fora indicado ao cargo de presidente de estado o senhor Carlos Fernando Monteiro Lindenberg sua corrente política estava encravada em seu DNA, membro da família Souza Monteiro uma das mais tradicionais do Espírito Santo representava a força dos grandes latifundiários do sul do estado que cultivavam o café e herdeiro da doutrina de Jerônimo Monteiro. Sua política estava baseada na produção e escoamento de produtos cultivados nas grandes fazendas. Contrariando o cenário econômico nacional e mundial aos quais estavam baseados na política de modernização dos setores agrícolas.

Entretanto, Atílio Vivacqua fora vereador de Cachoeiro de Itapemirim (1920 a 1924), Deputado Estadual (1934 a 1937), Senador (1955 a 1961) e Secretário de Educação no governo de Aristeu Borges de Aguiar. No último cargo vale lembrar das mudanças estruturais na educação primária e secundária no ensino capixaba. Procurado também pela sua competência no meio jurídico, Atílio era o representante legítimo da classe média urbana. Pelas suas propostas, cargos e corrente jurídica a maior parte dos intelectuais, comerciantes

e a classe média em geral se viam representados pela política Attilista. Este demonstrava uma saída ao poder dos coronéis no meu rural.

Segundo a Cientista Política Marta Zorzal a disputa política torna-se mais complexa e antagônica analisando os planos de governo de cada candidato. O candidato do PSD/UDN Carlos Lindenberg alegando falta de tempo não lançou seu projeto de governo, mas se baseou em apenas uma proposta: "Cancelamento de todos os impostos sobre a lavoura". (Citado por Zorzal, 344). Reafirmando assim a sua aliança política com os grandes latifundiários. Entretanto, podemos considerar que ao beneficiar os latifundiários Lindenberg privilegiava a população rural com uma política simplista, mas que atingia 79,07% da população capixaba, Visto que, na década de 40 era a grande maioria.

Defrontando os dois planos de governo a versão attilista ficou mais complexa, nas palavras de Zorzal” Na realidade, a plataforma de governo de Atílio Vivacqua era, de certa forma, bastante avançada para a época.” (Zorzal, 1986.p.346). Entretanto, tal complexidade e modernidade não fazia parte do eleitorado capixaba que ainda vivia sobre o domínio coronelístico e estava preso a terra. Mudanças educacionais, administrativas, políticas ou sociais soavam para os eleitores como transformações quimeras de seu meio social. As eleições de 47 para o primeiro governador eleito pelo povo, segundo a nova Constituição, foi a prova disso.

Ao aproximar-se das eleições Jones dos Santos Neves dá início a campanha para a escolha do novo governador e escolhe o general Tristão de Alencar Araripe. Atílio, em um primeiro momento apoia a escolha do PSD, no entanto mais tarde unir-se a UDN e ao PR e lança-se como candidato. Como vinha sofrendo muita pressão e Jones deixou de apoiá-lo Araripe começou a titubear e no dia 28 de dezembro de 1946, menos de um mês para as eleições (19/01/47), renuncia a candidatura e em seu lugar entra o senador Carlos Lindenberg.

Segundo Almeida a campanha política de Lindenberg foi extremamente rápida, sem faixas ou propagandas que divulgassem o candidato, pois não haveria tempo para tais providencias em contrapartida Atílio não tinha apenas faixas espalhadas por todo estado, mas também o jornal *A Gazeta* a seu favor, que diariamente trazia notícias da campanha e dos comícios do candidato.

O tabloide mantinha acoplado ao seu jornalismo uma função político-partidária a favor da UDN. Em 48, o jornal foi vendido e desde 49, quando as ações foram repassadas aos compradores “A Gazeta passou a ter a família Lindenberg como acionista majoritária.” (CORRÊA, 2012, p.1).

No jornal não havia muitas notas para o concorrente de Atílio. As manchetes favorecendo Vivacqua e renegando Carlos Lindenberg rendeu um processo por calúnia ao periódico. (Diário Carioca, 7 de março de 1947, p.10)

Apesar do pouco tempo e nenhuma propaganda Lindenberg foi adquirindo admiradores por onde passava. "Ele fazia discursos: 210, com um único teor: o cancelamento dos impostos sobre lavoura, porque " "o lavrador não pode e não deve pagar imposto algum, já paga grande tributo à natureza e deve ser tratado pelo governo em primeiro plano". (ALMEIDA, 2010, p.207)

Mesmo possuindo tudo a seu favor, a mídia, importantes políticos e uma intensa campanha, no dia 19 de janeiro de 1947 as urnas trouxeram uma surpresa: Lindenberg havia sido eleito com 60.038, enquanto Atílio recebeu 31.072. (Diário Carioca, 1 de fevereiro de 1947, p.1)

As mudanças que ocorreram na segunda metade do século XX no, urbanização, modernização e a revolução trazida pela popularização da televisão, não chegaram a todos os lugares no Brasil. No interior principalmente algumas tradições mantiveram-se firmes e o ideal do que seria moral e ético com relação às mulheres permaneceram.

A inserção no mercado de trabalho, o cinema, teatro e o feminismo foram fatores importantes nas transformações do cotidiano feminino. O lar e a maternidade deixaram de ser lugar de mulher e a nova educação sexual deixou de pregar o corpo como uma forma de pecado e prisão. Os casamentos antes visto como um negócio, um contrato onde todos deveriam trabalhar para o seu bom funcionamento, torna-se algo prazeroso, a paixão, o amor e o sexo, sem o objetivo de procriação, começam a fazer parte da rotina dos casais.

O cinema, a televisão e o teatro contribuíram para algumas dessas mudanças. As telas traziam romances e beijos apaixonados, faziam com que as moças e esposas desejassem viver o mesmo. O corpo feminino estava cada vez mais em evidência. "De fato, o cinema exerceu papel de destaque na mudança de valores, hábitos e modos de agir dos jovens. Através dele difundiram-se novos modelos de comportamento (...)" (RODRIGUES, 2010, p.12)

No filme "No Trampolim da Vida" a cena em que Luz Del Fuego realizou sua famosa apresentação com as cobras é segundo o jornal Diário da Noite (09/01/47) foi a melhor cena do filme, onde arte, ousadia e perícia fizeram um ótimo espetáculo, mas que segundo a própria Luz havia sofrido muitos cortes devido a pudica censura do nosso país.

Mas essa transição ocorreu de forma lenta e muitos costumes "antigos" foram mantidos de maneira disfarçada. Embora tenha ocorrido uma revolução nas ações femininas como o direito a escolarização e a profissionalização não mudaram alguns valores enraizados na nossa sociedade. Um exemplo dessa modernidade nem tão moderna assim são as críticas levantadas contra Dora Vivacqua, conhecida nacionalmente como Luz Del Fuego.

Luz nasceu, Dora Vivacqua, tendo como pais Etelvina Monteiro e Antônio Vivacqua, no dia 21 de fevereiro de 1917. Dora, desde sua infância mostrava sinais de extravagância e complexos de modernidade. Sacudiu a pequena cidade de Cachoeiro de Itapemirim nos

carnavais com fantasias de odalisca ou havaiana, irreais para o mundo de uma cidade no interior do Espírito Santo. Mas seu auge foi quando se mudou para o Rio de Janeiro, na época capital do país, local de movimentação de ideias, filosofias e estilos de vida. Mesmo em um local com ares modernizadores a complexa vida de Dora estremecia a pseudo-tradicional família carioca. Nos palcos chocava até os mais futuristas com suas danças com traços indianos e suas cobras que cobriam seu corpo. Entretanto, seu exibicionismo dará certo. No início da carreira Dora era conhecida como Luz Divina, mas o sucesso tão almejado vem através do nome de um batom argentino: *Luz Del Fuego*. Rapidamente Luz virara a sensação dos teatros cariocas, brasileiros e internacionais, turnês nos EUA e Europa, sua dança exótica vira recorde de público.

Luz, juntamente com alguns nomes do teatro como Dercy Gonçalves, Bibi Ferreira e Elvira Pagã, representava um perigo para os modelos, ainda existentes, de como deveria ser o comportamento de uma mulher "de bem", afinal, uma mulher que expõe seu corpo, escandalizando toda a sociedade brasileira não poderia ser vista com bons olhos.

O comportamento rebelde, feminista e modernista de Luz eram manchetes constantes nos principais jornais da época. Embora tenha conquistado muitos admiradores, Dora era vista como uma ameaça a moral e aos bons costumes, conhecida por suas apresentações com cobras e totalmente nua o deputado Aldebaro Klatau, Belém, verberou suas exposições alegando que suas ações e trajes eram uma provocação aos lares cristãos e uma exploração da luxúria e depravação. (Correio da Manhã, 9/12/49).

Contudo, o que difere Dora Vivacqua, vulgo Luz Del Fuego de outras personalidades futuristas femininas é sua origem aristocrática pertencente a uma das famílias mais tradicionais do sul do estado do Espírito Santo e com tradições enraizadas no catolicismo dogmático. Criando assim um antagonismo entre o conservadorismo e as filosofias modernistas. Mas atente-se que todo processo de modernização seja econômico político ou cultural acarreta impactos, visto isso, não seria diferente com Luz Del Fuego.

Durante uma de suas turnês pelo estado de Minas, Luz, novamente, foi impedida de exhibir-se devido a uma ordem do Delegado de Costumes e Diversões de Belo Horizonte. O motivo? O delegado era casado com a irmã de seu cunhado, para ela seus maiores perseguidores era a família. Em entrevista à Revista do Rádio (05/06/1950, p.6) Luz diz sofrer perseguição familiar desde os 15 anos, quando passou a não depender mais de parentes, e que evitava utilizar seu nome de batismo, Dora, ou revelar seu sobrenome, Vivacqua, mas devido a insistência da família em persegui-la ela passou a fazer questão de revelar sua descendência e declara "Meu irmão, principalmente, vale-se do poder de senador, para impedir que eu me exhiba no Rio de Janeiro, em "boites" ou teatros". (REVISTA DO RÁDIO, 05/06/1950, p.6)

Dentro da historiografia capixaba o maior impacto que a propaganda negativa de modernização cultural utilizando o corpo em uma sociedade patriarcal, tradicional e essencialmente católica fora a utilização da imagem de Dora contra o seu irmão no pleito de 1947. Segundo Agostinho (1994) Carlos Lindenberg utilizou da imagem transversal da Vivacqua para atacar seu oponente na corrida governamentista. A mesma autora ainda afirma que Luz Del Fuego fazia chantagens contra seu irmão, visto que a mesma sabia das consequências da utilização da sua imagem e atitudes dentro da sociedade conservadora capixaba para definição do resultado do pleito de 47.

O comportamento existencialista, como era chamada pelos jornais, de Luz incomodava muita gente importante, a mais famosa foi sua expulsão do Teatro Municipal do Rio no baile de Carnaval de 48. Com uma vestimenta, que segundo os tablóides, não pesa mais de 200 gramas, Luz Del Fuego compareceu ao baile vestida de "Eva no Paraíso" o prefeito pediu que ela se retirasse do recinto.

A conduta de Dora provocava um reboiço na população e no imaginário masculino, uma vez em que estamos falando de um período da História onde algumas restrições ainda eram impostas a mulher, que deveria se manter recata e pura,

Seu estilo de vida naturista, exibicionista e excêntrica despertava a curiosidade de quem a observava, um exemplo de seu sucesso é seu livro "Verdade Nua" alcançou um sucesso sem precedentes vendendo nada menos que 1732 exemplares em quatro dias (Diário da Noite, 22/02/1949, p.10)

Louca, Imoral e Exibicionista, era essa a mensagem que Luz passava a primeira vista, no entanto "Luz Del Fuego representava o protótipo da mulher moderna. Com idéias avançadas, querendo se libertar de preconceitos sociais, idealiza e se joga à aventura, sem considerar as possíveis críticas." (DIÁRIO DA NOITE, 22/02/1949, p.10).

Algumas atitudes de Dora podem ser interpretadas como uma provocação explícita a sua família e ao irmão. Uma delas foi a Criação do Partido Naturalista Brasileiro, que segundo a própria líder veio como uma "libertação dos oprimidos sociais." onde "Todos gozarão do livre direito de viver como melhor convier" (A CENA MUDA, 2/05/1950, p.5). O P.N.B tinha como proposta uma vida mais feliz, dentro de uma moral menos hipócrita e com um maior contato com a natureza e diferentemente do que muitos pensavam seu partido não representava uma ameaça a moral e a religião, seu lema representava apenas uma ideologia de vida mais ligada a natureza (DIÁRIO DA NOITE, 13/09/1949, p.6) Desta forma Luz se lança como candidata a vereadora do Rio sob a legenda "mais pão e menos roupa" (REVISTA DO RÁDIO, p.35)

As críticas contra "a mulher das cobras" foram imensuráveis, mas havia quem fosse a seu favor. A Revista da Semana dedicou sua publicação do dia 19 de novembro de 1949 a entender os porquês por de trás da rebeldia de Luz. Com o título "Atire a Primeira Pedra!" o periódico contou sua trajetória desde a infância em Cachoeiro até o famoso espetáculo com

as cobras. Em sua entrevista Luz conta como foi seu processo de transformação e a convivência com sua família e seu irmão, o senador Attílio Vivacqua. A edição tenta justificar as atitudes de Dora através da falta de afeto e o distanciamento familiar e fecha o texto com a surpreendente declaração do que, realmente, a irreverente vedete almeja:

Deseja um lar confortável, com um esposo digno e compreensível [...] acredita ser capaz de tudo abandonar com a finalidade exclusiva de tornar-se uma esposa fiel para o homem que a escolher. Adora a vida no lar ocupando-se nas horas de folga em afazeres que se enquadram apenas na formação de mulher simples e pacata. (REVISTA DA SEMANA, 19/11/1949, p.52).

Diferentemente da irmã Attílio Vivacqua era figura constante nos jornais devido sua influência familiar no estado capixaba e/ou como senador. Sempre envolvido em grandes questões políticas como a lei da anistia, etc. Mesmo transparecendo em seus projetos políticos, ações sociais e governamentais Attílio sofria com os surtos modernistas de sua irmã. Analisando os seus livros com teor educacional conseguimos vislumbrar uma educação moderna com características contemporâneas. Mas estava inserido em uma sociedade machista, tradicional e católica, todavia deveria manter um padrão social. Mesmo apoiado pelos profissionais liberais nas eleições de 47 sua linha de governo durante o período de senador estava voltada ao universo rural. Entre as medidas propostas estavam criar o serviço nacional de irrigação e de solos agrícolas e dá outras providências, conceder recursos financeiros destinados ao edifício sede do instituto de óleos do ministério da agricultura, e dá outras providências e dispor sobre a articulação e a coordenação dos serviços do Ministério da Agricultura com serviços congêneres locais, cria o conselho da produção agrícola e da outras providencias.

Contudo, percebemos projetos e teorias modernizadoras na área educacional, mas seus projetos de lei no senado representam a tradição agrícola capixaba que enxerga com mal ver os ares modernizadores trazidos por Dora. Percebemos, através das referências que, o futurismo que Luz del Fuego representava não ameaçava as relações de parentesco com seu irmão, mas sim ameaça a candidatura do mesmo para um carga público. O choque cultural, em suma, não era mal visto por Attílio, mas sim pela sociedade capixaba. Dentro de uma visão historiográfica cultural o que difere o caso Vivacqua dos outros são as relações de poder que surgem no decorrer da historia, uma história intima que se entrelaça com uma história local, estadual e nacional.

Considerações Finais

A sexualidade, involuntariamente, nos leva a refletir sobre questões morais, esses questionamentos estão intimamente ligadas aos papéis sociais e a cultura em que pertence o

indivíduo. Por mais liberais que possamos parecer à sociedade brasileira ainda mantem-se conservadora e moralista.

Essa concepção da melhor e mais correta condução moral é uma fiel herança dos nossos colonizadores portugueses, que possuíam como única obrigação para ocupar o território recém-descoberto a missão de catequizar seus nativos e leva-los a salvação através da religião católica. Com o novo caráter que a modernidade trouxe a questão da sexualidade o corpo não é mais vinculado a uma penitência, ele agora assume caráter indenitário e, portanto expressivo e é nesse contexto que um estilo de vida alternativo começa a ganhar adeptos no Brasil, um deles foi Luz Del Fuego, que durante os anos 40 ficou conhecida por dançar com cobras e por apresenta-se, na maioria das exposições, completamente nua. Sua irreverência causou um profundo impacto em sua família de cunho conservador e uma das mais influentes no Espírito Santo, os Vivacqua.

Mesmo hoje após várias décadas nossa sociedade ainda mantém resquícios da moral imposta pela Igreja, sendo adepta do conservadorismo, e muitos grupos ainda a utilizam como bandeira. A modernidade que acreditamos viver na realidade é moderada e procura não ferir os ideais da moral e dos bons costumes das quais a sociedade histórica e culturalmente considera como a correta. O binarismo entre bem e mau, correto e errado, feminino e masculino, tradição e modernidade, inconscientemente nós leva a percepção da existência de apenas duas formas de existir, se uma está certa a outra, logicamente, estará errada.

Referências Bibliográficas

- ACHIAMÉ, Fernando. A revolução de 30 no estado capixaba. IN: O Espírito Santo na era Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- AGOSTINHO, Cristina., PAULA, Branca de., BRANDÃO, Maria do Carmo. Luz del Fuego: A Bailarina do povo. São Paulo: Best Seller, 1994.
- ALMEIDA, Amylton de. A revolução gera o PSD. In: Carlos Lindenberg: um estadista e seu tempo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- _____, Amylton de. Amarga ironia. In: Carlos Lindenberg: um estadista e seu tempo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 38-63, nov. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p38/2958>>. Acesso: 12 ago 2014.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. Dicionário crítico de sociologia. São Paulo: Ática, 1993.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 13.ed, 1997.
- CELLARD, A. A análise documental. IN: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

- CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CORRÊA, José Carlos. A Gazeta- Vitória (ES) do jornalismo partidário à gestão profissional. DESTARTE, v.2, n.2,2012. Disponível em: <http://revistas.es.estacio.br/index.php/destarte/article/view/113> Acesso; 12 ago 2014.
- DEL PRIORE, Mary. Histórias Intimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil,2011.
- _____. História do amor no Brasil. São Paulo: Contexto,2005.
- _____. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto,2004.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Zahar,1996.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 2: o uso das prazeres. Rio de Janeiro: Graal,1984.
- _____. O combate da castidade. In: ARIÉS, PHILIPPE; BÉJIN, ANDRÉ (Orgs.) Sexualidades Ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GEBARA, Ademir. Fontes históricas e oralidade. Porto Alegre: Movimento, v.10, n.3, p.133-154, set/dez de 2004.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra.2002.
- LE GOFF, Jacques. Uma história do corpo na Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau. (Orgs.) História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras,1998.
- RODRIGUES, Marly. O Brasil na década de 1950. ed.3. São Paulo: Memórias,2010.
- SANTOS, Liany Silva dos. Moral sexual: a visão da Igreja Católica e sua influência na sociedade brasileira. In:_____. Sexo Na Propaganda Da Tv: Imagens Dos Padrões Sexuais Da Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Psicologia, 2002.p.45-63.
- SILVA, Marta Zorzal e. Espírito Santo: Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/SPDC,1995.